

Princípio responsabilidade

Entrevista com Sergio Givone por Patricia Peterle

Sergio Givone (Vercelli, 1944) se formou pela Università di Torino com uma monografia dedicada a Pascal e é atualmente professor titular da Università di Firenze. *Metafisica della peste*, publicado em 2012, é o título de um de seus livros, que traz uma reflexão mais do que contemporânea. Como ele afirma nas páginas iniciais desse volume, uma doença pode matar, mas também pode deixar em seu rastro consequências piores como acontece quando deixa suas vítimas “apenas” vivas, ou seja, privadas de qualquer aparência de humanidade civil. Nessa entrevista, realizada entre maio e junho de 2020, Sergio Givone trata do sentir-se vulnerável, da globalização, da antropização e do que ele chama de “princípio responsabilidade”, que seria uma espécie de terceira via para além do estado de exceção e da imunidade de rebanho. Essa entrevista é um desdobramento do vídeo nº 27 do projeto *Krisis: Tempos de COVID-19*,¹ desenvolvido entre março e agosto de 2020.

Já foi dito que a pandemia de Covid-19 poderia marcar uma virada, uma mudança radical em relação ao outro, à natureza, a um ritmo talvez alucinante. A partir do isolamento e, agora, com essa fase de reabertura, como vê esse horizonte? Nada será como antes, mas pouco mudará?

“Nada será como antes!” Quantas vezes, depois de eventos catastróficos escutamos repetir essa frase? Queria ser uma certeza, um augúrio, mas não era senão um exorcismo. As coisas, superada a crise mais aguda, sempre retomaram seu caminho. Como antes, pior do que antes. E como se nada tivesse ocorrido. Entretanto... Entretanto, a atual pandemia introduziu elementos de novidade que parecem justificar alguma esperança, mesmo que seja uma esperança induzida pelo desespero. Em poucos meses, assistimos a uma autêntica mudança de paradigma. Antes da propagação global do vírus, dominava uma concepção das relações com o outro baseada no conflito e na recusa. Na Itália, por exemplo, mais de um partido político teve sucesso levantando a bandeira da italianidade e do “nós contra eles”. O que de resto já havia encontrado apoiadores nos Estados Unidos, nos mais altos escalões do governo. Depois o vírus, e com o vírus a ideia de que nos salvaremos ou nos afundaremos todos juntos. Enfim, como se diz: estamos todos no mesmo barco. Assim, o paradigma solidário, ridicularizado como forma de “bondade” para as almas boas, substitui o paradigma de sinal contrário. Mas também se deve considerar um fato cuja importância só começa a ser avaliada agora. Apesar de não termos ainda provas definitivas, em muitos lugares já



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

¹ Cf. a resenha do projeto publicada neste número da *(Des)troços: revista de pensamento radical*.

surgiu a suspeita de que a propagação do vírus tenha a ver menos com a globalização do que com a antropização, ou seja, com aqueles fenômenos de apropriação violenta e desordenada do planeta por parte do homem, que podem até ameaçar a vida na terra. Diante desse estado, como não tomar consciência de que já estamos num ponto de não retorno? E como não pensar na necessidade de adotar medidas extremas que ainda não foram tentadas, para evitar o nosso fim?

Os últimos meses expuseram um lado que é o da precariedade e da fragilidade humana, mas também o do cinismo, ou seja, o homem não aprende com a história? Estamos naquele limiar extremo em que tudo é possível, para lembrar seu livro *Metafísica della peste* (Einaudi, 2012), ainda inédito no Brasil?

Entre o sentido da nossa vulnerabilidade e o cinismo que normalmente o acompanha e com o qual se reage a este, há uma espécie de oscilação, um movimento pendular que leva de um ao outro. Isso pode ser visto quando levamos em consideração os dois modelos de tutela do vírus que foram evocados assim que o vírus se manifestou, mas que pertencem à história milenar do antigo flagelo comumente chamado peste. Dividem o campo, mas são especulares, ditadura e anarquia. De um lado a ditadura do estado de exceção, com a supressão da liberdade de movimento, a reclusão na própria casa, a obrigação taxativa do distanciamento social, e assim por diante. Do outro, a anarquia da imunidade de rebanho, na convicção de que deixar livre o vírus sem opor-lhe barreiras induza a reações imunitárias na população e leve à extinção o próprio vírus. Qual preferir? Na realidade, ambos os modelos, cada um a seu modo, funcionam, mas só até certo ponto e com um custo muito alto. Até certo ponto: de

fato, a contenção da propagação do vírus por meio da imposição de normas coercitivas por parte do poder central tem sucesso somente se os indivíduos adotam conscientemente os novos comportamentos ditados pela situação e respeitam as normas não pelo temor de sanções, mas pela confiança no pacto social, que faz com que cada um seja responsável por todos os outros. De outro modo, o poder central, advogando para si os direitos em nome da saúde pública, revela seu semblante de Leviatã e suscita nos cidadãos, desprovidos de tudo, com exceção da vida, uma inevitável reação transgressiva e perturbadora. Daí a falência do estado de exceção. *Um custo muito alto*: de fato, a entrega à fúria do vírus comporta um aumento da taxa de mortalidade, sobretudo nas faixas mais frágeis, até níveis insustentáveis. Também não vale a oposição de que uma coisa é considerar essa insustentabilidade no plano ético (em que os escrúpulos morais, como sempre acontece em caso de desastres e abalos inauditos, valem o que valem) e outra é considerá-la no plano político e social (em que triunfa o que Sloterdijk chamou de razão cínica). Na realidade, ninguém pode dizer quais desordens políticas podem ser suscitadas por uma sensibilidade moral profundamente ferida, como é o caso de quem é obrigado a abandonar ao próprio destino os entes queridos. No entanto, é certo que a única imunidade que se possa esperar é a dada por uma vacina e, portanto, por sua vez, filha de um pacto social, e não do acaso ou da indiferença. Qual lição tirar disso tudo? Uma única, sempre a mesma: não nos salvamos em detrimento dos outros, porque, ao contrário, nos salvamos tomando conta dos outros. Quicá, sacrificando a própria vida, como há quem o fez. Não podemos falar da peste do século XX sem lembrar disso.

Responsabilidade e solidariedade são dois termos necessários hoje, sobre os quais devemos refletir. O que muda? Quais responsabilidades de agora em diante tem cada indivíduo?

Em uma época como a nossa, quando no primeiro plano de cena não estão certamente os indivíduos, mas sim os sistemas complexos, os grandes sistemas anônimos, as forças mais ou menos obscuras que ameaçam o mundo como por uma transcendência sem Deus (a COVID-19, a pandemia, enfim a peste, não são mais do que exemplos dessas realidades inapreensíveis e fugidias), falar de responsabilidade e de solidariedade pode parecer fora de lugar ou fora do tempo. Contudo, vimos como justamente a pandemia nos obriga a repensar conceitos muito apressadamente colocados de lado. Não é a imposição do estado de exceção ou a pesquisa da imunização que descartam ideias como responsabilidade, solidariedade, bem comum etc., porque são exatamente essas ideias que dão novamente significado e valor a práticas de outro modo obsoletas, para não dizer contraproducentes e falimentares. Mas também é preciso ter clareza sobre o que entendemos por responsabilidade e solidariedade. Começamos, então, lembrando que responsabilidade e solidariedade estão necessariamente relacionadas com algo que poderia parecer, não menos do que elas, fora de lugar, como por exemplo a “culpa”. Como é possível ser responsável senão por algo que pode ser atribuído como culpa, como delito, como crime? Porém, há culpa e culpa. Há a culpa que nada mais é do que uma dívida a ser reparada, ou seja, uma obrigação contraída com a sociedade em consequência de um delito ou um crime cometido contra a própria sociedade e que somente a punição prevista pode

extinguir. E há a culpa que, ao contrário, é algo como um horizonte de culpabilidade, um horizonte no qual eu me reconheço e reconheço a todos os outros o direito de me cobrar o motivo das minhas ações. Justamente a peste nos leva a repensar o conceito de culpa em relação a responsabilidade e solidariedade. A peste não pode ser imputada a ninguém como se fosse uma culpa. Contudo, a qualquer um pode ser perguntado o que fez ou deixou de fazer para impedir que a peste fizesse dele um culpado e ditasse a última palavra no mundo.

Que relações podemos estabelecer entre essa experiência extrema e planetária com a ética?

A epidemia, desenvolvendo-se segundo sua natureza, se torna pandemia, e eis que não há mais lei, porque a única lei é a da sobrevivência. Come se diz: a piedade já se foi. Somente palavras de ordem: salve-se quem puder. A peste sempre foi descrita assim: de Tucídides a Camus, de Boccaccio a McCarthy. Justamente esses autores, mesmo em contextos muito diferentes e de pontos de vista dificilmente comparáveis, mas convergentes, observam como essa espécie de destino, que é o retorno ao estado de natureza, faz ressurgir aquele imperativo do humano que recita: ame o teu próximo como a ti mesmo, que pode ser tranquilamente traduzido no ditado: não fazer aos outros o que você não gostaria que fizessem com você. Aqui, o princípio-responsabilidade e o princípio-solidariedade se ligam para sempre ao princípio-reciprocidade. Isso nos é dito em todos os modos por aquela que poderíamos definir como a lógica da peste. A palavra-chave dessa lógica é: *contágio*. Sabemos que a peste se transmite por contágio de indivíduo para indivíduo. Mas o que merece atenção é

que o contagiado é ao mesmo tempo o contagiante, e contagiante o é enquanto contagiado. Paciente e agente, então, coincidem na mesma pessoa. Aquele que é exposto ao mal sofre, inerte, a ação potencialmente mortífera, é portador do mal, é parte ativa em sua propagação. Isso nos permite descobrir na peste uma espécie de código, uma cifra moral. Enquanto fato da natureza, a peste nada tem a ver com a ética. Mas enquanto violência exercitada sobre o homem (e pelo homem, mesmo se o homem não é consciente de ser um “ator” e, de toda forma, não o é intencionalmente!) pela peste e, a saber, pela natureza, vem ao homem um apelo, o mais peremptório que se possa pensar, à responsabilidade. Em que por responsabilidade se deve entender não a obrigação de pagar o débito de uma culpa, mas sim o compromisso de responder a todos sobre tudo. Também daquilo que não era nossa intenção fazer ou que fizemos inconscientemente. Tomando como ponto de partida a experiência que a peste nos obriga a fazer, houve quem, como Vattimo e Žižek, sugeriu que se voltasse à reflexão sobre a ideia de comunismo como perspectiva em nada superada.

Duas cenas particularmente chamaram a atenção de todos. A primeira é a dos caminhões do exército em Bergamo, que levavam os corpos. Um silêncio duro, poder-se-ia dizer um grito-silencioso. A segunda é a da Piazza San Pietro vazia, que talvez tenha deixado uma sensação de amor, de solidariedade. São dois extremos complementares desse período?

Nada como a sepultura dos mortos, a extrema saudação e a despedida falam de nós e nos dizem não quem seremos, mas quem somos: somos aqueles que sepultam os seus mortos. Sepultando seu semelhante, o homem lhe reconhece o que é essencial: a dignidade. Aquela

dignidade que pode ficar escondida por toda a vida, dado que a vida pode ser vil, insignificante e servil, mas que, sem falta, se apresenta no rosto de quem morre, seja ele quem for. Não ter conseguido dar aos entes queridos este ato devido a todos, sem distinção social ou moral, é a ferida mais profunda causada pela pandemia ao sentir comum. Na solidão repleta de participação em tanta dilaceração não poucos viram um perfeito ícone da condição humana no tempo da peste. Justamente.

A crise da COVID-19 também teve e terá ainda, na sua opinião, consequências sobre a nossa relação com a morte, com este momento da perda do outro? Que tipo de responsabilidade temos diante daqueles que não estão mais aqui? Em relação a isso, o Presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, quando se começou a ver o aumento das mortes, declarou: “E daí? O que quer que eu faça? Sou Messias, mas não faço milagres!”

A impotência diante de um fenômeno devastador que no momento não pode ser combatido e vencido, nem mantido sob controle, mas somente contido, induz ao fatalismo. E isso é compreensível, mas não justificável. Formas de controle da doença que sejam realmente resolutivas ainda não foram encontradas. Não dispomos de remédios capazes de curar a infecção, nem de instrumentos que possam neutralizar a intensidade em sua fase mais virulenta, mas somente de suportes ao doente que luta para sobreviver (e estes também em medida inferior ao necessário, sobretudo nos países mais pobres ou com maior desigualdade de riqueza). O que objetar a quem encontra no fatalismo a sua última praia? No entanto, há modos e modos de entender o que é comumente chamado de nosso destino. Que se trate de um destino comum relativo à morte, é

um fato. Todos vamos morrer. Se existe uma coisa certa, uma coisa verdadeira, é essa: a única coisa verdadeira, e foi dita por um poeta. Mas também a coisa mais equivocada que existe. Quando tomo consciência de que todos vamos morrer e tiro a conclusão de que então tanto faz se dispor a fazer algo ou a deixar que aconteça o que deve acontecer e assim por diante, talvez sem me dar conta estou usando expressões que não manifestam a minha passividade e a minha abulia, mas exatamente o contrário, porque dizem da minha tentativa de me apropriar daquilo que me ameaça e de me direcionar a algo que não quero sofrer, mas experimentar e fazer meu. Como sempre, a linguagem é um desmascarador formidável dos significados mais escondidos, uma antena sensívelíssima que capta as vozes que ressoam. Neste caso, nos faz entender que, se a peste é o nosso destino, uma coisa é colocar a ênfase em “nosso”, e tirar a conclusão que ela coloca todos juntos, e nos deixa todos responsáveis uns pelos outros, e outra coisa é colocá-la num “destino”, que por ser tal nos autoriza a lavar as mãos nos abandonando e, sobretudo, abandonando os outros. Uma mera questão de intensidade, irão dizer. Mas que em geral é a questão mais importante. E de resto, os antigos estoicos já não haviam notado que o destino pode ser sim vivido como um peso grande que nos é imposto de forma imperscrutável.

Mas seria muito mais sábio acolhê-lo como algo que nos pertence intimamente e que é, aliás, o próprio objeto da nossa vontade, a partir do momento em que é exatamente o que nós queremos ou que faríamos bem em querer? Seria mais sábio, não somente porque, se o aceitarmos e o acolhermos espontaneamente, ao invés de padecê-lo, nos parecerá mais leve de ser suportado. Mas mais sábio também porque, nesse caso, cessará de nos parecer imperscrutável e até escarecedor, se tornando uma fonte inexaurível de conhecimento. Conhecimento de nós mesmos.